Revista Crítica de Ciências Sociais

83 | 2008
Número não temático

Skeggs, Beverley, *Class, Self, Culture.*

João Valente Aguiar

Edição electrónica
URL: http://journals.openedition.org/rccs/592
DOI: 10.4000/rccs.592
ISSN: 2182-7435

Editora
Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Edição impressa
Data de publição: 1 dezembro 2008
Paginação: 192-193
ISSN: 0254-1106

Refêrencia eletrónica
João Valente Aguiar, « Skeggs, Beverley, *Class, Self, Culture.* », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 83 | 2008, posto online no dia 01 outubro 2012, consultado o 22 setembro 2020. URL : http://journals.openedition.org/rccs/592 ; DOI : https://doi.org/10.4000/rccs.592

CC BY

Recensões

Freire, André (org.) (2008), *Sociedade civil, democracia participativa e poder político: O caso do referendo do aborto, 2007*. Lisboa: Fundação Friedrich Ebert, 199 pp.

Ao longo dos últimos dez anos, Portugal tem conhecido diversos momentos de elevada mobilização social em torno do tema da saúde reprodutiva. A campanha realizada durante o referendo sobre aborto, em 2007, constitui um destes fortes momentos de acção colectiva à luz dos quais a vitalidade da sociedade civil portuguesa pode ser testada, analisada e debatida. Este é o principal tópico do livro *Sociedade civil, democracia participativa e poder político: o caso do referendo do aborto, 2007*, organizado por André Freire e recentemente editado pela Fundação Friedrich Ebert. A obra reúne contributos de cariz contextualizador, provenientes de áreas como a sociologia e a ciência política, bem como um considerável volume de depoimentos pessoais de activistas envolvidos/as na campanha sobre o referendo de 2007, posicionados/as ao longo de um espectro anti- e pró-escolha.

O primeiro capítulo consiste num levantamento histórico feito por Maria Antónia Almeida acerca do internamento de mulheres numa unidade hospitalar alentejana nos anos 1940 e 1950. Segue-se um contributo de André Freire incidindo sobre a recente utilização do instrumento referendário na democracia portuguesa e respectivos níveis diferenciais de participação popular, reportando-se para tal aos três referendos que tiveram lugar no país (aborto, Junho 1998; regionalização, Novembro 1998; e aborto, Fevereiro 2007). Tal capítulo resulta, na verdade, da junção de três artigos previamente publicados noutros lugares e oferece uma muito interessante problematização acerca do uso dos referendos enquanto recurso político, contextualizando-o sociologicamente na sequência de eventos que conduziram à sua primeira utilização em 1998.

O terceiro capítulo constitui a parte mais substancial desta publicação, apresentando um conjunto de dezasseis depoimentos de agentes activos em cinco movimentos pró-escolha e seis movimentos anti-escolha durante a campanha para o referendo de 2007. O desafio colocado aos/às autores/as consistiu numa avaliação retrospectiva, expressa através de um registo frequentemente coloquial e opinativo, acerca de variados aspectos desta campanha, incluindo dificuldades logísticas, de mobilização e financiamento, leitura de oportunidades e/ou obstáculos políticos e avaliação acerca das estratégias e resultados obtidos. Entre os argumentos oferecidos pelos contributos pró-escolha, incluindo movimentos como o Cidadania e Responsabilidade Pelo SIM, os Jovens pelo SIM ou os Médicos Pela Escolha, destaca-se a conquista de um maior espaço feminista na sociedade portuguesa, assinalada por Manuela Tavares, ou a preocupação, referida por diversos/as autores/as, em concertar argumentos e iniciativas entre os mais variados actores colectivos – incluindo os partidos políticos – envolvidos na campanha. Entre os depoimentos anti-escolha, reunindo colectivos como a Plataforma Não Obrigado, o Movimento Mais Aborto Não e o Movimento Diz Que Não, sublinha-se o papel da Igreja Católica e das equipas de voluntariado, discute-se a alocação de recursos

e as consequências dos resultados deste referendo.

Não obstante posicionamentos distintos ao longo do espectro anti- e pró-escolha, muitos destes depoimentos partilham uma avaliação positiva acerca da campanha no que respeita à vitalidade da sociedade civil portuguesa – o tal 'entusiasmo cívico' a que alude Isabel de Castro –, à centralidade dos movimentos sociais e ao potencial de mobilização da acção colectiva que o tema do aborto veio ilustrar.

O último capítulo, da autoria de José Santana Pereira, propõe uma síntese das principais conclusões deste volume, articulando de uma forma crítica e reflexiva as características que conduzem a uma eventual apetência política relativamente ao referendo enquanto instrumento de consulta popular. Sempre que oportuna, é ainda feita uma comparação relativamente ao referendo do aborto realizado em 1998, de modo a ilustrar a evolução dos padrões de participação política através deste instrumento.

A mais valia desta obra reside na colecção de depoimentos anti- e pró-escolha que reúne numa mesma publicação, juntando assim vozes dissonantes que raramente encontram espaço para expor as suas razões e/ou convicções de uma forma directa e sem as interrupções impostas pelo ritmo dos debates públicos. Este foi, de resto, o objectivo declarado pelo organizador do volume, ao constituir um acervo documental que se adivinha útil para investigações futuras nesta temática. Torna-se desta forma acessível ao/à leitor/a a reflexão em torno dos principais argumentos utilizados por um conjunto de movimentos cívicos, compaginando leituras por vezes antagónicas de um mesmo processo. Por esta via, a riqueza discursiva e estratégica da campanha do referendo de 2007 sai reforçada à luz da diversidade de interpretações oferecidas pelos/as autores/as que responderam ao desafio lançado por Freire, incluindo profissionais das áreas da política, ensino, medicina, sociologia, música e direito. O registo não se situa numa discussão teórica sofisticada – como, de resto, não parece ter sido a intenção do organizador deste volume –, alternando entre passagens de teor porventura mais panfletário e politizado e outras de carácter mais empírico e ancoradas numa análise sócio-histórica dos eventos.

Em suma, uma obra a ler por quem se interessa por questões em torno de saúde reprodutiva, direitos das mulheres ou interrupção voluntária da gravidez em Portugal. O volume pode ser adquirido gratuitamente, em versão electrónica ou em livro, através da Fundação Friedrich Ebert.

Ana Cristina Santos

Beverly Skeggs (2002), *Class, Self, Culture*. London: Routledge, 215 pp.

Editado na colecção *Transformations: Thinking Through Feminism* da Routledge, a obra da socióloga Beverly Skeggs (actual directora do programa de doutoramento em Sociologia no Goldsmiths College, Londres) evidencia uma interessante abordagem a três conceitos regularmente pouco relacionados entre si: classe, *self* (o eu) e cultura. Tomando como ponto de partida este triângulo conceptual, a autora enfatiza um quadro analítico bastante revigorante para a necessidade de cada vez mais se articular a Sociologia das Classes Sociais com a Sociologia da Cultura.

Com efeito, Skeggs começa por analisar o que considera serem os processos mais estruturantes da projecção dos conceitos de classe, *self* e cultura, nas suas palavras, a

inscrição, a troca, o valor e a perspectiva. No fundo, a autora procura perspectivar de que forma os discursos e representações do eu se inscrevem em lógicas menos visíveis nas classes sociais. Assim, a inscrição regista uma íntima conexão entre a "forma como os corpos são inscritos simultaneamente por diferentes sistemas simbólicos" e a percepção recolhida das modalidades "de interpretar o corpo" (p. 3) socializado. Por seu turno, a troca convoca um estudo da formação do eu individual, personalizado e independente na contemporaneidade (a partir da criação de figuras como o cidadão, o consumidor ou o agente económico que vende factores produtivos no mercado) e da consequente objectivação de (inter)acções na arena social (p. 9). Mantendo um olhar fortemente ancorado no corpo como espaço de materialização do *self*, Skeggs presta forte atenção "às vias de como o valor é marcado ou lido nos corpos" (p. 14), passo onde o corpo socializado, o *self* reflexivo e cognosciente e as trocas dos agentes no espaço social se replicam. Neste ponto, a autora resgata as teses de Pierre Bourdieu da economia simbólica, entendida aqui como "organização sistemática do simbólico", factor indutor "da troca e da atribuição de valor" significacional e identitário "por uma vasta rede de campos" (p. 15). Reforçando a noção de que o *self* consagra um ponto de intersecção entre dinâmicas colectivas (de classe, de género, étnicas) e individuais, Skeggs avisa para a necessidade de não se reduzir o *self* a um conjunto de discursos mais ou menos dissonantes. O *self* é, assim, "todo um sistema de inscrição, de troca, de perspectivas e de práticas que o tornam possível" (p. 19).

Justifica-se afirmar que a socióloga britânica procura, num primeiro momento, situar o *self* num quadro de determinação pluricausal e com uma raiz social. De seguida, como procuraremos demonstrar, é a partir desta envolvência de ordem simbólico-ideológica que Skeggs trabalha a conexão entre classe social e cultura. Mais do que definir taxativa e classificatoriamente o conceito de classe social, a autora preocupa-se em aplicar princípios teóricos que permitam compreender a produção simbólica e a estruturação do campo das classes. Nesse sentido, o enfoque avançado sublinha a produção simbólica *da* classe (p. 27). Ou seja, de como um grupo de práticas e de posições no espaço social respira signos, valores, identidades, todos eles entrecruzados e emaranhados entre si. Recusam-se aqui purismos atribuídos de um modo essencialista a determinadas classes sociais. Neste capítulo, as classes sociais interactuam não somente no plano material – isto é, no acesso a recursos económicos e políticos. De facto, da supramencionada produção simbólica da classe pulsa uma viva batalha e intersecção discursiva em torno da identificação de princípios legítimos de construção subjectiva do *self*, tanto no que ele tem de singularmente traçado, como no que nele é retrabalhado pela troca de discursos e de lençóis simbólico-ideológicos no espaço social.

A este propósito, Skeggs estrutura três capítulos da sua obra em torno de outros tantos discursos e processos sociais e simbólicos de construção e desconstrução de determinadas classes sociais. Em primeiro lugar, a autora analisa a temática da mobilidade e do individualismo, com particular incidência nos cambiantes ideológicos que deles decorrem. Neste ponto, começa-se por destacar um procedimento metodológico de partida: interrogar-se sobre a viabilidade empírica das teses da universalização da mobilidade, algo que demanda visualizar "quem pode mover-se e quem não pode, e que corpos móveis/fixos requerem recursos para ganhar acesso a diferentes espaços" (p. 48). Subsequentemente, Skeggs vai desenvolver uma linha

argumentativa de crítica às propostas do *self* em Ulrich Beck e Anthony Giddens. Em traços gerais, a autora defende o enunciado de que no centro destas teorias do *self* (quase absolutamente) autónomo e reflexivo "está um indivíduo incrivelmente voluntarista", que adicionalmente "poderia escolher que forças estruturais poderia tomar em linha de conta e sobre as quais poderia agir" (p. 52) e moldar.

Em segundo lugar, Skeggs debruça-se sobre a retórica política de classe. Mais do que o discurso abertamente ideológico e recorrente na assunção do vocábulo "classe", como o que ocorre em organizações sindicais e políticas do movimento operário, assiste-se aqui a uma abordagem centrada no discurso político de raiz neoliberal – uma modalidade discursiva pública que se apresenta com traços de inevitabilidade, de tecnicidade e de naturalidade. Recorrendo a uma análise de conteúdo de textos políticos da Terceira Via e do Novo Trabalhismo incorporados por Tony Blair, Skeggs sustenta que subsiste no corpo narrativo de um certo neoliberalismo "um trabalho retórico de mobilizar os agentes por detrás desses discursos políticos" (p. 81). Em simultâneo, a autora procura ilustrar esta dinâmica com elementos provenientes do Thatcherismo, nomeadamente a forte correlação enunciada entre serviços públicos e a profusão de "desperdícios". Os discursos sobre a família enquadram-se por referência a categorias públicas como as de "respeito mútuo" e de "conduta aceitável" (p. 82). Ao colocar a tónica na responsabilidade individual e em imperativos morais, tal discurso, argumenta Skeggs, contribuiu para omitir o papel das políticas económicas monetaristas e ultra-liberalizadoras na manutenção (ou ampliação) de fenómenos de exclusão social e discriminação racial no Reino Unido. Aliás, a construção simbólica das classes sociais neste tipo de discursos políticos passa por critérios de índole moral, muito raramente económicos ou sociais. Assim, facilmente se constroem três classes morais/sociais: as elites políticas e económicas, a gente "trabalhadora", "respeitável", "decente" e que vive dos seus rendimentos – as classes médias – e uma subclasse constituída por imigrantes, excluídos e "desclassificados". Esta nova construção simbólico-ideológica, que faz equivaler populações desfavorecidas a uma espécie de neo-classe perigosa, é exemplarmente retratada por um extracto do jornal *Sunday Times*, citado pela autora, acerca da chamada "subclasse": "aqueles que não mais partilham as normas e aspirações do resto da sociedade, aqueles que nunca conheceram uma família tradicional com pai e mãe, aqueles que estão disponíveis para recorrer às drogas e ao álcool na primeira oportunidade, aqueles que tiveram péssimos resultados na escola e que rapidamente abraçaram comportamentos desordeiros e criminosos" (citado na p. 87).

Em terceiro lugar, Skeggs analisa o "intitulado *self* da classe média" (p. 135). Neste ponto, a autora dialoga criticamente com Mike Featherstone sobre a tendência de estetização da vida quotidiana presente nas chamadas classes médias. A ênfase da personalidade como elemento distinto e especial – o indivíduo "ressaltando da multidão" (p. 137) –, bem como no consumo transformado numa prática de recriação estética e emocional dos agentes sociais, denota uma saliente "preocupação com os estilos de vida" (p. 138). Por outras palavras, a busca pela afirmação de vivências singulares e com perfumado impacto de estilização do vestuário, do corpo e da postura assoma como um desígnio central das classes médias, nomeadamente as camadas destas classes sociais mais estreitamente vinculadas com o que advogou denominar como novos intermediários culturais. Assim, a vida social desta fracção das clas-

ses médias coaduna-se com a adopção de projecções individuais e familiares no espaço social como se de uma performance se tratasse. Em simultâneo, a autora invoca um interessante termo para ilustrar as "formas de extensão [...] e de adição de um objecto que possa expandir as hipóteses" (p. 139) de tornar o seu corpo e a sua vivência numa obra de arte esculpida em cada instante. A prótese, assim é cunhado este processo de adjudicação de objectos e de moldagens estéticas do corpo, retrata o processo de apropriação social e simbólica por parte de certos contingentes da nova pequena burguesia. A isto acrescente-se que a relação de exteriorização do corpo, de busca obsessiva por um padrão determinado de beleza, a ornamentação, a sensualidade apensa à decoração corporal e o hedonismo consubstanciam duas dinâmicas interligadas. Por um lado, a afirmação de um estilo de vida, como se sublinhou acima, estetizado. Por outro lado, a assertividade de um tal estilo de vida implica a diferenciação relativamente a outras classes sociais. Assim sendo, Skeggs defende a tese de que o *ethos* das classes médias sobrevive à custa de um *pathos*: o fantasma da cultura das classes trabalhadoras com índices apreciáveis de precarização social e laboral. Nesse sentido, de acordo com vários estudos mencionados por Beverly Skeggs, estas últimas são amiúde caracterizadas como "estagnantes" e apontam para um padrão de comportamento social onde a "imobilidade" (p. 153) seria uma obviedade social. O jogo de espelhos é aqui evidente. Onde a classe operária remanescente destilaria uma imagem de boçalidade, grosseira e antiquada, as classes médias apresentar-se-iam como inovadoras, dinâmicas, (pós-) modernas.

Em síntese, está-se perante um ensaio teórico de grande densidade e com pistas analíticas estimulantes. A perspectiva focalizada nos interstícios entre a Sociologia das Classes Sociais e a Sociologia da Cultura contribui para reforçar as possibilidades de surgirem estudos com uma vertente mais empírica em torno das sempre complexas relações entre "novas mercantilizações, novas atribuições de valor, novas formas de apropriação, exploração e governação, e novos eus" (p. 186).

João Valente Aguiar